



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CONEPIR/MG, EM 17 DE ABRIL DE 2024.

PRESIDÊNCIA CLEVER ALVES MACHADO

Aos 17 dias do mês de abril do ano de 2024 ocorreu em formato virtual a Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial- CONEPIR. Link da reunião: <https://teams.microsoft.com/l/meetup-> Presentes os conselheiros (as): **Cléver Alves Machado** (SEDESE/Subsecretaria de Direitos Humanos); **Ellen Alves de Oliveira** (SECULT); **Arthur Henrique Soares** (SEDESE/Esporte); **Paloma de Souza Santos Pereira** (SEJUSP); **Anna Karla Ribeiro da Silva** (SEAPA); **Amanda Pereira dos Santos** (SEDESE/Subsecretaria de Assistência Social); **Elzelina Dóris dos Santos** (SEE); **Helen de Oliveira Nunes Barros** (SEPLAG); **Ana Beatriz Rodrigues Porfírio** (SES); **Rogéria Maria Alves Borges Rodrigues** (SEDE); **José Antonio Ventura** representando a Associação Cultural Afro-brasileira Vovó Ana; **Adjanir Silva** Movimento Unificado Negro de Divinópolis; **Ana Luísa Evangelista da Silva e Luana Paulino Amarante** representando Indômita Coletiva Feminista; **Cassia Makota Kidoialê** representando a Associação Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango; **Valdinalva Barbosa dos Santos** representando a Associação de Direitos e Defesa dos Povos Ciganos; **Wellington Nunes da Silva** (Babá Padrinho) representando o Morhan; **Paixão Sessémeandê** Rede Afro LGBT MG (segmento da Comunidade LGBTQA+ negra); **Maria Eunice Ferreira Gama**, representando Fundação Conscienciarte; **I - Justificativas dos conselheiros ausentes:** Jaime Eduardo Cohem representando a Federação Israelita; Nathália Farh Laranjo (SEDE) **II – Convidados:** Cristina Ferreira – Presidente da Comissão de Igualdade Racial, Verdade e Reparação Histórica; Cássia Dias – advogada, voluntária homenageada pela ALEMG 2023, Prêmio Zumbi 2022; Thamiris Firmino de Souza – advogada há 07 anos, atua na área cível e de família; Bruna Marques Viterbo; Maria dos Reis Guilhermina de Jesus representando a SEDE; Ana Rita Pereira – DAOCDH. **III - Suporte Técnico:** Elenir Rios, secretária executiva do CONEPIR; Gislene Teixeira Ramos e Maria Judite Resende técnicas da Secretaria Executiva CONEPIR, Wallison Francisco Gomes (CTIC/CDH/SUBDH). **IV - Verificação do quórum:** Às 14h10min, o presidente verifica se há quórum e pede a técnica Gislene Ramos que faça a leitura dos nomes dos conselheiros presentes e após, a leitura dos nomes dos conselheiros que justificaram ausência. Depois de conferidas as presenças e ausências, o presidente dá continuidade à reunião com boas vindas a todos (as) e coloca para aprovação a Ata da reunião plenária ordinária do dia 20 de março/2024 que foi aprovada por todos conselheiros. Em seguida houve a leitura e aprovação da pauta da reunião; **V - Pauta: 14h40 - "As violências sofridas pelas Advogadas Negras junto aos órgãos policiais e Poder Judiciário de Minas Gerais".** Participação das Convidadas: **Cristina Ferreira** - Presidente da Comissão da Igualdade Racial, Verdade e Reparação Histórica; **Zaira Pereira** - Vice-presidente da CPIR, Subseção Barro Preto, Advogada Criminalista; **Cássia Dias** - Advogada, Voluntária Homenageada ALMG 2023, Prêmio Zumbi 2022, Prêmio Direito na Escola 202, Segunda Secretária Indômitas Coletiva; **Thamires Firmino de Souza** - Advogada há 07 anos e atuante na área cível e de famílias; **Bruna Marques Viterbo. 17h – Encerramento.** Dando sequência, o presidente passou a palavra para a Dra. Cristina Ferreira, que agradece e começa sua fala relatando o que aconteceu no município Boa Esperança/MG, em que uma advogada defendendo a sua cliente, quando um homem branco começou a chama-la de todas as atrocidades e uma das palavras utilizadas foi negra fedida, ofensas que as mulheres negras ouvem diariamente. Eu era vice-presidente da CPIR e sabendo do ocorrido tomei a iniciativa e ir até Boa Esperança acompanhar o andamento desse processo, uma vez que a própria advogada reclamou que estava sendo destrutada pelas instituições, iniciando pela própria delegacia de polícia. Por causa disto

fizemos uma manifestação ao presidente da OAB para que fosse tomadas medidas em relação a estes casos com os advogados negros e negras para que não sejam destratados e que tomasse alguma providência. Nós queremos que exista algum estatuto ou que seja criada alguma lei, alguma medida de proteção, no que se refere ao trabalho de prerrogativas. Temos o caso da Dra. Bruna que foi uma das vítimas também de racismo. Um policial militar resolveu simplesmente afrontá-la e até colocou-a na condição de parente do cliente dela e ela teve que dizer por diversas vezes que era a advogada e até isso nós enfrentamos aqui em Minas Gerais. Existe uma cultura muito forte em relação a esses ataques às mulheres negras. Em relação aos advogados negros, o índice é bem menor, mas as, mulheres negras, enfrentam diariamente esta situação. O próprio poder judiciário entende que determinadas situações não se trata de racismo. Seria importante ouvir nossas colegas.

A conselheira Ana Evangelista pede a palavra e diz que representa a Indômita Coletiva Feminista, que é advogada e que estamos passando por vários episódios de constrangimento de racismo e foi por isso que pedimos esta pauta ainda mais que a nossa atuação é direcionada à mulheres negras. Peço então, para a dra Bruna relatar o acontecido. **Dra. Bruna se apresenta** como advogada criminalista e civilista, ativista social, vice-presidente de uma ONG onde se atende pessoas em situações de vulnerabilidade. Faço parte, também da comissão de promoção igualdade da OAB Minas. No último dia 13 de março fui contata pelo presidente da ONG que o seu irmão havia sido levado por militares e diante do desespero dos familiares, desloquei até a delegacia de plantão na região do Barreiro, em Belo Horizonte, onde se encontrava. Chegando neste local, fui recebida de forma, agressiva por um dos militares. Eu me identifiquei, como advogada e me dirigi ao delegado e perguntei se meu cliente havia passado por atendimento médico. Ele avançou em minha direção e me expulsou da sala. Ameaçada comecei a gravar ação do militar, que falou que podia gravar o que quisesse. Fui até o meu cliente gravando, perguntei se estava tudo bem, ele balançou a cabeça afirmando que tinha sido agredido. O militar pergunta se ele é meu parente, eu disse que não era parente. Entramos em contato com delegado de plantão de prerrogativas que nos orientou encaminhar o vídeo para e-mail da promotoria da OAB. Com a chegada de um tenente o meu cliente subiu para o setor que faz a recepção do flagrante e aí deu entrada na policia militar. O meu cliente informou que foi agredido, que colocaram sacola plástica na cabeça dele e também o ameaçaram com uma arma na boca. Começamos ali na parte da civil brigar com eles no sentido que o meu cliente foi agredido e deveria passar por um atendimento médico, depois de muito tempo ele foi levado para o atendimento medico onde foi constatado tinha um trauma na boca. Foi ratificada a prisão do meu cliente como um suposto tráfico, mesmo mencionando que havia sido torturado. O meu cliente é um rapaz primário, sem antecedentes criminais, trabalha e tem residência fixa. A prisão dele foi convertida em preventiva e conseguimos a sua liberdade provisória e orientei que ele não ficasse no bairro onde mora. Solicitei que fosse feito um boletim de ocorrência por ameaça, porque eu estava me sentindo ameaçada pelos militares e foi me negado ali dentro da delegacia. Então fui fazer o boletim de ocorrência na delegacia de plantão o qual me foi negado e a delegada de plantão me orientou a ir até ao batalhão, eles também negaram a fazer o boletim de ocorrência. Faço um trabalho social dentro da comunidade e estamos sofrendo retaliações por esses militares que ainda continuam trabalhando, não foram afastados. Levei esta situação para a comissão de direitos humanos da assembleia e para presidência da OAB, que nunca tiveram tempo em nos atender. Não sei o que está acontecendo, porque o órgão que eu entendo que é a minha entidade está me barrando. Estamos muito vulneráveis, principalmente dentro dos órgãos de segurança pública, porque primeiro eles não nos reconhecem como mulheres advogadas e nem tão pouco como advogadas. Acho muito importante estarmos presentes aqui neste conselho relatando nossa realidade, pois precisamos tomar algum tipo de providência para termos mais segurança para trabalhar. Eu tenho filho, tenho minha família, faço trabalho social e a nossa instituição atende mais de 100 crianças da comunidade. Nós estamos ali para recuperar essas crianças pretas que não têm acesso à educação que não tem uma estrutura familiar. A nossa função dentro dessa comunidade é recuperar e dar assistência às crianças que estão sofrendo abuso sexual dentro de casa. Estamos tentando recuperar essas crianças tirando do trabalho infantil, do tráfico. Era isso que eu queria informar. A conselheira Ana Evangelista pede a palavra e diz que a Dra. Tamires vai falar resumidamente o ocorrido com ela para depois tirar os encaminhamentos. **Dra. Thamiris** relata que no município de Boa Esperança/MG passou por problemas dentro da delegacia de polícia civil. A primeira vez estava acompanhada de uma cliente que também é uma mulher negra que havia sofrido violência psicológica e ela foi extremamente mal tratada pelo delegado de polícia e inclusive ele também me desrespeitou, me menosprezou como se não tivesse exercendo a minha profissão de advogada. Tive que resolver a situação sozinha e aí eu fui até o outro delegado, expliquei a situação e pedi para que ele interviesse, para que não fosse necessário eu denunciar aquele delegado. Houve uma tentativa de solucionar a questão, ele pediu desculpa para minha cliente, mas em momento nenhum pediu desculpa para mim como profissional. A outra ocasião foi o caso de injúria racial. Uma mulher negra havia sido revitimizada, ela chegou com provas e testemunhas

que havia acontecido o crime, mas o que pesou foi à palavra do homem branco que diz que ela havia inventado, ele havia sido vítima de homofobia. Com a repercussão do caso o homem foi preso. Eu precisei voltar à delegacia para falar com o delegado porque a promotora do Ministério Público me diz que não tinha recebido o inquérito e o delegado diz que havia concluído o inquérito. Neste dia, a doutora Cristina me acompanhou e foi testemunha da forma que fui tratado na delegacia, com total rispidez, inclusive o delegado chegou a dizer que eu estava lá para afrontar a polícia. Deixo aqui o meu relato, de fato não aceito esse tipo de atitude, ainda mais vindo da polícia, que é uma instituição séria, que a sociedade respeita, que deveria sim tratar todo mundo com igualdade e respeito, porque é assim que nossos nós tratamos eles. Estamos aqui hoje para buscar uma melhoria nesse sentido, porque nós exigimos o respeito, exigimos nossos direitos de mulheres negras advogadas. A Dra. Cristina Ferreira pede a palavra e diz que seria oportuno à fala da Dra. Luana, como delegada de prerrogativas. **Dra Luana** manifesta dando boa tarde a todas e todos e diz levantou a mão porque ontem o meu colega de trabalho em Conselheiro Lafaiete, novamente sofreu infringência às prerrogativas na Vara do trabalho. O segurança queria fazer revista pessoal e ele se negou. Ele me ligou imediatamente e se eu não chegasse naquele momento, ele seria conduzido, pois já estavam acionando a polícia militar o colocando em situação vexatória. Infelizmente quanto advogados ou outros profissionais a nossa cor chega antes de qualquer coisa. Vejo que há necessidade em tomar atitudes, pois além da situação do agravo, fica a questão medo do profissional atuar. É como se aquele espaço não fosse nosso. O que está faltando são advogadas e advogados negros, delegados de prerrogativas, porque no grupo em que eu estou acho que sou a única advogada negra de prerrogativas, a questão é igualdade mesmo, precisamos de representatividade. Com as eleições em novembro da OAB, temos que pressionar o presidente para que ele olhe a nossa pauta, advogadas e advogados negros e negros, todos os dias, somos infringido sem nossas prerrogativas e para sobreviver relevamos muita coisa porque vivemos numa sociedade regida pelo coronelismo, pela questão do machismo. Creio que além dessa reunião, poderíamos fazer uma reunião mais ampla para pautar a questão racial e a questão de gênero, com representantes negros e negras e não deixar que os advogados brancos e homens, ocupem os espaços da nossa fala, e também a necessidade em fechar uma reunião com o Dr. Sérgio Leonardo, presidente da OAB em que majoritariamente estejam presentes a população negra, os advogados indígenas, os advogados trans, as mulheres brancas que sofreram ou sofrem violência institucional. É importante que tenham ciência de todas essas violências que são estão acontecendo reiteradamente, que estão acabando com a nossa saúde mental e a nossa capacidade de continuar a laborar. Vejo necessidade de o Estado nos apoiar para podermos trabalhar em paz. Existem pesquisas que quanto mais escura a pele da pessoa, mais ela sofre agressões físicas, psicológicas, seja institucional ou da sociedade civil. É isso, agradecida. A advogada Thamiris diz que gostaria de pontuar o que a Dra. Luana falou, que existe realmente a falta representatividade da pessoa negra dentro das instituições, existem as questões de gênero, as brigas internas, e também o não reconhecimento da parcela da população parda que faz parte da população negra. **A conselheira Valdinalva** pede a palavra e diz que não foi só o racismo que as advogadas enfrentaram, enfrentaram também violência contra a mulher. Proponho que seja acionado o Ministério Público, a OAB e a Corregedoria. Acho importante que se faça um grupo de trabalho, chamar a deputada Macaé, que representa a Assembleia Legislativa, para tratar de um projeto de lei a respeito dessa pauta que é muito importante. Essa seria minha contribuição. Obrigada. **Makota Kidoiale cumprimenta a todos e diz que gostaria de** saber como que está esse processo na corregedoria? Acho que falta no nosso país é o acompanhamento das denúncias. Precisamos entender por que está virando um crime normal e não há punição dessas pessoas que descumpriram a lei. As denúncias de racismo deveriam ser acompanhadas pelos órgãos responsáveis e ter transparência do andamento do processo. Ou seja, criar um fluxo dessas denúncias e orientar a população a ter mais coragem para denunciar e que haja o retorno da solução tomada. Precisamos fazer um levantamento de quantas denúncias já chegou ao conselho para podermos chamar a segurança pública e provocar um diálogo. O conselho não pode ser só uma entrada de denúncia, tem que haver um espaço de diálogo, de conversa e de articulação com a segurança pública. A Dra. Luana pede a palavra e diz entender o que a Dra. Tamires falou sobre a questão da descendência. Sabemos que foi um processo de embranquecimento da população. A senhora diz que não é reconhecida como branca, mas também não é reconhecida como negra. Exigências que são feitas para a mulher, negra retinta não são feitas para quem tem a pele mais clara. Existem pesquisas que quanto mais escura a pele da pessoa, mais ela sofre agressões físicas, psicológicas, seja institucional ou da sociedade. Em relação à fala da conselheira Makota, sobre a corregedoria e das denúncias, penso que é necessário fazer denúncia em conjunto. Porque por medo a denúncia individual da população negra ou a denúncia individual das minorias não resolve, a denúncia tem que ser em bloco. Outra sugestão é o conselho prepare qualificação para a segurança pública, policiais militares, penais, civis, delegados, delegados, promotores, juízes e que venham participar dessa qualificação

racial, para que aprendam respeitar a população negra, a população indígena e a população de mulheres. Não adianta só denunciar, a gente precisa resolver. Acredito que resolver é através da qualificação e através de criação de leis punitivas e severas quando o crime é cometido contra pessoas negras. Obrigada. **A Dra. Cristina pede a palavra** e diz falara resumidamente, porque terá que ausentar. Estivemos pessoalmente com o Dr Allender do Ministério Público e cada uma das advogadas expos sua situação de violência, mas ficou por ali. Peço ao presidente responsável pelo CONEPIR, que na próxima reunião do Conselho convoque as deputadas que estão nos representando na Assembleia, o Dr. Allender, que é o responsável pelo Ministério Público, o Dr. Sérgio Leonardo, que é o presidente da OAB e a Dra. Ângela, que é a vice-presidente, o secretário da segurança pública, a corregedoria, o comandante geral da polícia militar e o responsável pelo policiamento. Sugiro que nesta reunião tenha alguém que leve adiante as nossas demandas. Nós precisamos criar uma força dentro desses conselhos e dentro dessas comissões, que eu entendo que são meros enfeites também e acho que nós temos que trabalhar em cima disso. Espero numa próxima reunião participar com todas essas autoridades e exigir em Minas Gerais o respeito adequado às mulheres negras que contribuem muito com a sociedade. Gostaria que tivesse uma reunião presencial, por gentileza, porque o que acontece é que as pessoas saem, não ouvem e nem participam. Agradeço as minhas queridas advogadas protegidas, e estou nessa luta com vocês. Um abraço forte para todos e obrigada. **O presidente Clever** agradece a Dra. Cristina, e diz que temos muita coisa para caminhar e vamos contar muito com o apoio da senhora. O presidente passa a palavra para o **conselheiro Adjanir** que começa com boa tarde a todos e diz que preocupa e assusta esse monte de casos relatados por estas profissionais, é um absurdo que está acontecendo. Pensar em qualificação é aquela coisa demorada que vai render. A Lei que vai qualificar esse povo. O CONEPIR não pode ser só um depósito de lamentação de receber denúncia, temos fazer o acompanhamento de cada denuncia. Vamos acolher essas denúncias, qualificar, tipificar realmente o tipo de crime que foi cometido em cada um desses casos e depois que a Lei for aplicada, começar a ser executada e cumprida, aí vem à formação. Temos que mobilizar e exigir que a Lei seja cumprida, seja inclusive para quem se detém na própria Lei. Estamos vendo que está muito comum um policial, chegar da tapa na cara de pessoas, agredir, mandar calar como se fosse à coisa mais normal do mundo, porque a polícia acha que pode fazer isso, tem que ter respeito, como reza os direitos humanos. Isso tudo acontecendo é racismo e racismo é crime, então temos de criminalizar quem assiste e cobrar destas pessoas. Tem que haver dialogo chamar todo esse pessoal, conversar e exigir soluções. Crime é crime e tem que pagar por isso. É assim que eu penso. Agradeço a oportunidade. O presidente diz que a Dra. Cássia se inscreveu e concede a palavra a ela. Meu nome é **Cássia**, colega da Dra. Ana na Indômita Coletiva Feminista, sou advogada preta e já passei por várias situações muito extremas. Gostei da fala da Dra. Luana em relação à questão das denúncias individuais. Entendo que as denúncias individuais trazem um risco ao denunciante e elas têm pouca efetividade. As denúncias têm que ser feitas de forma coletiva ou através das instituições, para que se consiga a efetividade. Entendo que é necessário que às vezes o advogado tenha um bom trânsito político, entender como que é o funcionamento interno do OAB, quem tem poder de que, por exemplo, se ligar para um delegado de prerrogativas e não der certo, pra quem que eu vou recorrer. Acho que faz parte tentar esse exercício e só descobri isso depois de passar por diversas violências em relação à segurança pública. A segurança pública é extremamente racista. Temos que ter estratégias inteligentes de enfrentar a situação. Acredito que a formação não é totalmente descartável, mas tem que haver estratégia também na formação. Precisamos chamar a responsabilidade das pessoas que estão no alto escalão para que se tenha alguma efetividade. Às vezes usa um bode expiatório ali dentro da corporação para dar uma resposta de imediato e assim não vamos conseguir chegar a lugar nenhum. Minha contribuição é basicamente essa, me coloco a disposição de vocês. Obrigada. O presidente Clever agradece a contribuição e pergunta se alguém gostaria de manifestar? Em seguida pede a secretaria executiva a Sra. Elenir para ler os **Encaminhamentos**: A Sra. Elenir diz que o **primeiro** encaminhamento foi de criar um grupo de trabalho, ou seja, uma comissão para acompanhar as denuncias recebidas; o **segundo** é criar um fluxo de acompanhamento das denúncias de crimes de racismo; o **terceiro** foi elaborar um ofício para os órgãos para cobrarmos as denúncias que já foram encaminhadas e o **quarto** foi agendar reunião com a Secretaria de Justiça e Segurança Publica, a Coordenadoria de Combate ao Racismo e todas as outras formas de discriminação; a Delegacia Especializada de investigação de crimes de racismo, xenofobia, LGBTFobia e intolerâncias correlatas; o presidente da OAB e as advogadas aqui presentes. **A conselheira Paloma** diz que quer tirar uma duvida: represento a SEJUSP como suplente, quero saber se vou ser responsável em levar esse encaminhamento para minha Secretaria ou o CONEPIR se incumbira em formalizar o encaminhamento. O presidente Clever diz que iremos fazer um ofício convidando a SEJUSP para participar da nossa reunião plenária, e será informado o dia, horário e pauta. A conselheira Makota sugeriu com relação às denúncias que são apresentadas aqui no

conselho, que fosse criado um fluxo, com a apresentação da denúncia, encaminhamentos, andamentos e soluções. O presidente pergunta quanto à criação desta comissão quem gostaria de se oferecer para participar. Luana e Ana Evangelista se oferecem. O conselheiro Adjanir propõe que esta Comissão acompanhe todos os casos de denúncia recebidos, seja permanente. O presidente acata as sugestões do nome para a comissão que ficou sendo assim chamada de Comissão de Direito e Justiça. Agora vamos confirmar os nomes dos (as) conselheiros (as) que se ofereceram para compor a Comissão: **Adjanir Silva** representante do Movimento Unificado Negro de Divinópolis - **Luana Paulino Amarante** representante das Indômitas Coletiva Feminista - **Cassia Cristina da Silva (Makota Kiadolê)**, representante da Associação de Resistência Cultural da Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango - Ana Luísa Evangelista da Silva representante das Indômitas Coletiva Feminista- **Bruna Marques Viterbo**, advogada convidada. O presidente proclama a criação da comissão e coloca em votação: alguém contra a criação desta comissão? Não havendo manifestação contrária, ficou aprovada a criação da Comissão Permanente de Direito e Justiça. A conselheira Ana Evangelista pediu que enviasse os encaminhamentos para passar para as advogadas convidadas. O presidente Clever diz que terá que se ausentar e pede ao conselheiro Adjanir para substituí-lo. A conselheira Valdinalva pede a palavra e diz que foi sugerido um projeto de lei e que podemos estar conversando com as parlamentares da comissão de direitos humanos da Assembleia. Gostaria de saber qual foi o encaminhamento tirado nesse sentido? Outra possibilidade é a reativação da Câmara de Normas. Temos que fazer um levantamento de quem são os conselheiros que fazem parte dessa Câmara, ou eleger novos conselheiros para começar a reunir. (inaudível) A secretária Elenir pergunta quem gostaria de fazer parte desta Câmara. Como ninguém se apresenta, será colocado no Whatsapp para os conselheiros manifestarem a participação. **Encerramento:** O Sr. Adjanir sugeriu outra reunião para tratar desse assunto. Como não há mais nada a se tratar agradece a presença de todos e todas e até a próxima, uma boa tarde. Horário do término: 16h47min.



Documento assinado eletronicamente por **Paixão Sessêmeandê, Usuário Externo**, em 20/05/2024, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luisa Evangelista da Silva Faria, Usuário Externo**, em 20/05/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elzelina Dóris dos Santos, Servidor(a) Público (a)**, em 20/05/2024, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cassia Cristina da Silva, Usuário Externo**, em 20/05/2024, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ellen Alves de Oliveira, Servidora**, em 21/05/2024, às 08:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adjanir Silva, Usuário Externo**, em 23/05/2024, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clever Alves Machado, Diretor(a)**, em 23/05/2024, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Karla Ribeiro da Silva**, **Secretária**, em 29/05/2024, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **87954050** e o código CRC **EFC54792**.

Referência: Processo nº 1480.01.0001572/2024-09

SEI nº 87954050